

ST 9 – HISTÓRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERSECCIONALIDADES

Trajetória do movimento punk em Caxias do Sul (1986-1997)

Trajectory of the punk movement in Caxias do Sul (1986-1997)

Álison Oliveira da Costa¹

Quando pensamos em uma pesquisa muitas dúvidas acabam surgindo sobre qual tema iremos investigar. Durante o momento de elaboração do projeto, etapa fundamental da formação acadêmica em História, nossa maior preocupação é escolher um assunto que gostamos e, sobretudo, nos identificamos. Assim todo o processo de investigação, análise e escrita do trabalho torna-se muito mais prazeroso e gratificante. Por ser membro de uma banda de punk rock da cidade de São Marcos, onde vivo e que se localiza a trinta e seis quilômetros de Caxias do Sul, e estar envolvido na organização de alguns festivais punks nesta cidade, em São Marcos e também em Farroupilha, além de ter em mãos algumas fontes, acabei optando por investigar a trajetória do movimento punk, mas não em São Marcos e sim em Caxias do Sul, pois esse município é o principal centro regional.² É nele que acontece a maior parte dos eventos punks e é ali que os membros da cena punk serrana costumam se reunir. A ideia de investigar a trajetória do movimento punk em Caxias também se configura como uma contribuição historiográfica que vê a cidade a partir de outros

¹ Graduado em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Contato: aocosta2@ucs.br

² Essa pesquisa sobre o movimento punk em Caxias do Sul é resultado de meu Trabalho de Conclusão de Curso em História (UCS), intitulado: A Expressão Punk em Caxias do Sul entre 1986 e 1997, apresentado em 13 de julho de 2021, sob orientação da professora Dra. Katani Monteiro.

sujeitos, práticas e contextos, já que há uma considerável e importante produção histórica que privilegia a história e a memória da imigração italiana na região.

Porém, antes de abordar alguns aspectos sobre a pesquisa precisamos entender: o que é o punk? O Punk é um movimento contra cultural muito comum, principalmente nas médias e grandes cidades do mundo todo. Composto por indivíduos que têm como principal característica a utilização da estética baseada no uso de roupas pretas e também rasgadas, o penteado em estilo moicano ou o cabelo espetado e tingido em várias cores, há o gosto pelo punk rock, estilo musical baseado pela sonoridade rápida e simples, geralmente em três acordes, onde as letras das canções expressam críticas sociais e expõem o medo e as angústias dos sujeitos que se identificam com o movimento. As artes plásticas, como a confecção de fanzines, pequenos periódicos artesanais que falaremos mais adiante, manifestações de rua e pequenas apresentações teatrais também são ferramentas de expressão dos punks.

Mas afinal o que significa a palavra punk? Segundo a obra “O que é punk?”, de Antônio Bivar, existem diversos significados para o termo na língua inglesa, o termo pode significar “madeira podre utilizada para acender facilmente o fogo até vagabundo de pouca idade” (BIVAR, 2001, p.40). No mesmo livro o autor apresenta a definição de *punk* feita por Lou Reed, integrante e fundador da banda *Velvet Underground* (uma das precursoras do punk rock, ainda na década de 1960), onde o músico diz que punk é a definição de tudo que não presta, ou seja, tudo que era mal visto pela sociedade em meados da década de 1960 como drogados e assaltantes. Já Craig O’Hara também apresenta várias definições em *A Filosofia do punk: mais que barulho* (2005).

Na obra, o autor aponta que “o punk é uma tendência da juventude, é rebeldia com força e fibra e uma formidável voz de oposição” (O, HARA, 2005, p.44). Além disso, o escritor apresenta mais três definições sobre o significado da palavra: que o punk se refere a um bando de adolescentes falando sobre pseudopolítica e filosofias de esquerda que mal sabem, que o punk é o indivíduo pobre, decidido, independente e sujeito a criar problemas ou que se trata de um movimento que luta pela paz e liberdade, baseado no amor e na esperança (O’HARA, 2005). O autor esclarece que das três últimas definições, a primeira conclusão é a mais apresentada pela mídia, embora seja a menos precisa.

Na pesquisa sobre o punk em Caxias do Sul, as principais fontes utilizadas foram os fanzines e as entrevistas de história oral. Como citado anteriormente, os fanzines são pequenos periódicos artesanais confeccionados e distribuídos pelos próprios punks. Durante o recorte pesquisado esse documento representa uma das principais ferramentas de expressão utilizada pelos membros do movimento. O conteúdo dos periódicos como textos e desenhos são feitos, na maior parte das vezes, a mão e de forma coletiva. Finalizada a produção, o exemplar é fotocopiado, esse é o motivo da maior parte deles estar em preto e branco, as cópias são distribuídas gratuitamente ou vendidas a preço simbólico em festivais de punk rock e em manifestações de rua. De acordo com O’Hara:

Os fanzines não devem ser confundidos com revistas que tem capa lustrosa, páginas coloridas e altos orçamentos. A maioria deles é feita em copiadora, grampeada, sem páginas numeradas, sem direitos autorais e nenhuma chance de rentabilidade. (2005, p.66)

Outra fonte muito importante para a pesquisa são as entrevistas de história oral. Procurar pessoas envolvidas com a cena durante os anos de 1986 a 1997 e entrevistá-las, foi uma maneira de valorizar a trajetória desses sujeitos e esclarecer os problemas iniciais da pesquisa e outros que surgiram no decorrer do trabalho. Como aponta Portelli (2016), as fontes orais são *cocriadas* pelo historiador com auxílio das informações transmitidas pelo narrador. Com a pesquisa sendo realizada no decorrer do primeiro semestre de 2021, em meio a um dos momentos mais graves da pandemia do COVID 19, o processo de *cocriação* das fontes precisou ser feito de maneira remota. As entrevistas à distância foram realizadas via plataforma Google Meet e através de vídeos e áudios em aplicativo de mensagens instantâneas. Este método ainda gera muitos debates entre os historiadores, porém em meio ao contexto da pandemia, foi a única maneira de produzir fontes orais de forma segura para todos. Outro ponto a ser destacado é que com toda a tecnologia utilizada no século XXI, a familiaridade de grande parte das pessoas com a utilização de equipamentos eletrônicos como celulares e computadores faz com que essa opção seja mais acessível e até preferível pelos convidados. Além disso, grande parte dos equipamentos e aplicativos já conta com a opção de gravar o encontro e a já citada familiaridade com a tecnologia deixa os entrevistados mais à vontade:

Ao passo que a possibilidade de interações online é refutada com base na justificativa de que ela mutilaria os predicados de uma boa entrevista, suas vantagens são facilmente encobertas. Para mencionarmos apenas uma delas, lembremo-nos que em entrevistas online sequer precisamos utilizar gravadores de voz- objetos tão injustamente ocultados por alguns entrevistadores, que supervalorizam sua capacidade de intimidação dos entrevistados. A maior parte de nossas “vestes digitais”, afinal, já possui

dispositivos de gravação embutidos- como ouvidos estendidos capazes não apenas de escutar intensamente, mas também de documentar. (SANTHIAGO, MAGALHÃES, 2020, p. 6)

O referencial teórico do trabalho baseia-se nos conceitos de contracultura, campo, habitus e violência simbólica, discutidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Conforme o sociólogo (Bourdieu, 2019, p. 14) “Há várias contraculturas: é tudo o que está à margem, fora do establishment, que é exterior à cultura oficial”. O punk questiona a cultura oficial, luta contra o *status quo* e tem como proposta construir uma nova sociedade, logo podemos colocá-lo no grupo das contraculturas, mesmo que para muitas pessoas as ideias defendidas pelo movimento sejam entendidas como mera utopia. A partir destes conceitos, o primeiro passo da pesquisa foi compreender como os indivíduos punks entendiam a sociedade em que estavam inseridos, ou seja, qual era sua visão sobre os costumes, valores, crenças, tradições, repressão, exploração e disputas políticas. A partir destas questões, pudemos analisar quais eram as formas de expressão que o punk caxiense utilizava para manifestar suas demandas e que demandas eram essas. Junto a isso, conseguimos apontar algumas características do punk caxiense, como o que pensava, o que deveria defender e qual sua relação com a estética utilizada por ele no momento que estava com seus pares.

Para responder essas questões utilizamos como metodologia, analisar o conteúdo do discurso punk contido nos fanzines e nas entrevistas dos integrantes do movimento no já referido período. Através das entrevistas conseguimos entender um pouco mais sobre a chegada do punk rock a Caxias do Sul, sobre a produção e

distribuição de fanzines no que tange à escolha de temas para as matérias publicadas nesses documentos, o processo de confecção, os locais onde os sujeitos se reuniam para escrever o periódico, além de entender mais sobre a formação do coletivo punk Ovo Podre, fundado pelos autores do fanzine de mesmo nome. Com as fontes orais também pudemos perceber como foram fundadas algumas das primeiras bandas, organizados festivais, shows, protestos e qual a tendência política dos membros da cena punk da cidade. Assim, cruzamos as fontes documentais e orais, verificamos o conteúdo discursivo das mesmas, para, por fim, conseguir apontar hipóteses sobre os problemas. Cabe apontar que uma matéria do Jornal Pioneiro do dia vinte de dezembro de 1993 e alguns vídeos de festivais ocorridos na década de 1990, também foram utilizados como fontes, porém as fontes principais foram as já citadas: fanzines e entrevistas.

Antes de apontar os resultados da pesquisa, é preciso destacar também que por conta da pandemia o acesso às fontes foi prejudicado. Os fanzines fazem parte do acervo pessoal do autor, e as entrevistas foram feitas com somente três pessoas envolvidas com a cena caxiense. Desta maneira, temos um recorte temporal pequeno sobre o movimento punk do município, porém, como toda pesquisa científica, este trabalho tem possibilidades abertas para ser expandido e aprofundado, principalmente por ser a primeira produção de cunho histórico sobre o punk rock em Caxias do Sul. Algumas informações levantadas aqui podem servir como ponto de partida para novas investigações sobre o tema.

Referente aos resultados obtidos com o estudo, podemos dizer que o punk rock deu seus primeiros passos ainda na metade da década de 1960. Quando jovens que ainda eram ligados à cultura hippie formam a banda *Velvet Underground* e passam a tocar músicas que falavam sobre sua realidade onde conviviam com drogas, prostituição, violência e pobreza. A partir disso outros jovens que também viviam realidade social semelhante se inspiram a montar bandas para falar de sua realidade. Assim, o rock'n roll executado por eles se torna cada vez mais simples e rápido, em detrimento do rock progressivo que estava em moda na época. Por ser simples de ser tocado o gênero se espalha pelas periferias das grandes cidades a partir da década de 1970, ocasionando o surgimento de muitas bandas e a formação de cenas distintas como a boêmia e intelectual, cena nova iorquina e a rebelde e violenta cena inglesa. Em Caxias do Sul, pudemos notar que o punk rock chegou por volta de 1985-1986, por duas formas: através de músicas de bandas punks tocadas na programação da rádio Ipanema FM e por meio do encontro de jovens caxienses com punks de Porto Alegre, enquanto residiam no litoral de Santa Catarina. Após isso, LP'S, fitas K7 e revistas que falavam sobre o assunto começam a aparecer timidamente em lojas da cidade. Percebemos também que logo após a chegada do punk ao município a cena local era segmentada, assim não havia grande interação entre bandas e os grupos de amigos que as seguiam.

Podemos apontar também que os punks caxienses mantiveram um posicionamento político à esquerda. Geralmente conduzido pelo anarquismo, onde apoiavam as lutas em defesa de melhores condições de trabalho e salário, do

combate à miséria e a desigualdade social e de maior apoio público para o desenvolvimento cultural, baseado no senso crítico no município. Além de se posicionarem contra a exploração, a repressão social, o autoritarismo, as guerras e os gastos militares. Para o punk caxiense o causador de toda a violência simbólica na sociedade era o chamado *Sistema* formado pela união do Estado com a burguesia, onde o segundo explora os mais pobres e o primeiro utiliza da repressão e do autoritarismo para defender os interesses do primeiro. Enquanto a sociedade de Caxias do Sul, na época, se caracterizava por um *habitus* passivo, apático, voltado à exibição pessoal e engrandecimento do ego, logo, para os punks, não havia uma mobilização social para combater o domínio do *Sistema* no campo social.

A estética punk era vista como um modo de identificação, uma maneira de o indivíduo assumir-se punk e comunicar a sociedade qual era o gênero musical que ouvia, quais ideias acreditava e as demandas que defendia. Conseguimos identificar que durante o período 1986-1997, houve duas gerações punks no município, a primeira que durou de 1986 até meados de 1994. Sendo responsável pela criação das primeiras bandas, fanzines e organização dos primeiros festivais e manifestações. Quanto à segunda geração, formada por indivíduos mais jovens, apareceu por volta de 1995, sendo que o auge da mesma se deu entre 1996 e 1998, período em que houve a maior produção de fanzines, formação de bandas e organização de festivais punks na cidade. A primeira geração foi a responsável por moldar a leitura da realidade dos punks caxienses.

No que tange a atuação social do movimento em Caxias do Sul, podemos inferir que para combater o poder do *Sistema* o sujeito punk utiliza da expressão cultural, para criticar e denunciar os abusos da força dominante ao mesmo tempo em que pretende conscientizar o restante da sociedade para aderir à luta contra esse poder. Assim, a arte é sua principal ferramenta de ativismo onde, através da música e dos fanzines o indivíduo expressa seu descontentamento. Além de servir como ferramenta de expressão a arte também foi um meio de mobilização do movimento na cidade. Através do fanzine Ovo Podre é que se organiza o primeiro coletivo punk unificado em 1992, fazendo com que o ativismo segmentado dos pequenos grupos no início da cena se transformasse em um grupo maior que aderiu a protestos e manifestações, estimulados por outros movimentos sociais e também organizava os seus próprios atos. Posteriormente, na segunda metade da década de 1990, quando o movimento passa a ser organizado por indivíduos mais jovens, a aglutinação dos punks continua e faz com que os integrantes da cena expandam seus canais de expressão formando mais bandas, organizando vários festivais musicais e publicando um grande número de fanzines. Também conseguimos apontar as principais características das duas gerações punks do período pesquisado.

A primeira geração teve como características: movimento segmentado e ativismo isolado durante a década de 1980, aliado a primeira tentativa de mobilização para o ativismo unificado no início dos anos 1990 com o coletivo Ovo Podre; politização conjunta dos membros; publicação de somente um fanzine; surgimento de poucas bandas; organização de somente um festival exclusivamente punk e

desarticulação do movimento. Enquanto as características da segunda geração são: novos integrantes mais jovens que os pioneiros; maior mobilização para organização de festivais; maior quantidade de festivais; publicação de várias edições de fanzines; maior número de bandas; politização individual de cada sujeito e consequentemente rixas ideológicas dentro do movimento.

Para finalizar ressalto mais uma vez que esta foi a primeira pesquisa científica de cunho histórico realizada sobre o tema no município de Caxias do Sul. Como em todo estudo científico, os conhecimentos apresentados aqui estão plenamente suscetíveis a serem discutidos, questionados, criticados e aprofundados em uma possível ampliação de estudos sobre o punk rock caxiense. O objetivo mais importante deste trabalho é dar um retorno para a sociedade, ou seja, servir como referência para que a história do movimento na cidade continue sendo contada por meio de outras perspectivas teóricas e metodológicas, com novas fontes e que a trajetória de ativismo dos envolvidos na cena punk seja conhecida, reconhecida, preservada e valorizada como uma expressão da diversidade cultural que molda a cidade ao longo do tempo.

Figura 1: Fragmento do Fanzine Ovo Podre número 02, publicado em 1989 e reeditado em 1991



. Acervo pessoal de um dos entrevistados para a pesquisa.

Referências

BIVAR, Antonio. O que é punk? 5. ed. São Paulo: *Brasiliense*, 2001. 182 p. Coleção primeiros passos 76.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. São Paulo: *Vozes*, 2019. 265 p. (II). Tradução Fábio Creder.

COSTA, Alisson Oliveira da. *A expressão punk em Caxias do Sul entre 1986 e 1997*. 2021. 103 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Plena em História, Área do Conhecimento das Humanidades, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.

O'HARA, Craig. A Filosofia do Punk: mais que barulho. São Paulo: *Radical Livros*, 2005. 199 p. Tradução Paulo Gonçalves.

PORTELLI, Alessandro. História Oral Como Arte Da Escuta. São Paulo: *Letra e Voz*, 2016. 200 p.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o Isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, v. 27, p. 1-18, 2020. Publicação Contínua. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/issue/view/3892/showToc>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Inside out, outside in: o ativismo de mulheres através da agência federal estadunidense Women's Bureau (1944-1953)

Inside out, outside in: women's activism through the US federal agency Women's Bureau (1944-1953)

Ana Carolina Sodré Ferreira¹

Women's Bureau: fundação e atuação no pós-guerra (1944-1953)

O Women's Bureau of the US Department of Labor é uma agência federal do Ministério de Trabalho estadunidense criada em 1921, cujo objetivo era

It shall be the duty of said bureau to formulate standards and policies which shall promote the welfare of wageearning women, improve their working conditions, increase their efficiency, and advance their opportunities for profitable employment. The said bureau shall have authority to investigate and report to the said department upon all matters pertaining to the welfare of women in industry. The director of said bureau may from time to time publish the results of these investigations in such a manner and to such extent as the Secretary of Labor may prescribe². (66th CONGRESS, 1920, n.p.).

Ao longo das décadas, as atividades do Women's Bureau estiveram em consonância com os contextos político, social e econômico de suas respectivas épocas, nunca, no entanto, deixando de focar na promoção do bem-estar das trabalhadoras assalariadas.

¹ Mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Contato: anacsf.academico@gmail.com.

² Tradução livre: "Será tarefa da referida agência formular normas e políticas que promovam o bem-estar das mulheres assalariadas, melhorem suas condições de trabalho, aumentem sua eficiência e suas oportunidades de emprego lucrativo. A referida agência terá autoridade para investigar e relatar ao referido departamento sobre todos os assuntos relativos ao bem-estar das mulheres na indústria. O diretor da referida agência pode, de tempos em tempos, publicar os resultados dessas investigações da maneira e na medida que o Secretário do Trabalho possa prescrever".

A agência realizou diversos estudos e pesquisas de campo que foram publicadas no formato de boletins: relatórios datilografados e impressos no formato de livro, variando de 10 a 250 páginas, com várias publicações ao longo do ano e não seguindo necessariamente uma ordem cronológica. O conteúdo dos boletins baseava-se em dados estatísticos de outras agências governamentais, sindicatos, indústrias e organizações profissionais de mulheres. Porém, o Women's Bureau também realizou pesquisas de campos que resultaram na obtenção de inéditos dados estatísticos relativos às condições de trabalho das mulheres assalariadas.

Segundo Hendrickson (2008, p. 485), as atividades do Women's Bureau procuraram desconstruir velhas concepções sobre as trabalhadoras, principalmente a concepção de que a mulher era apenas uma trabalhadora temporária empregada em determinadas situações – à exemplo das duas grandes guerras mundiais do século XX –, valorizando, assim, a concepção de que a mão de obra feminina era essencial e imprescindível à nova realidade econômica do país, de uma economia moderna e orientada pelo consumo.

Sharer (2003, p. 10) admite que a agência nasceu com objetivos conflitantes na medida em que também se esperava que o Women's Bureau advogasse em prol das melhores condições de trabalho, salariais e bem-estar das mulheres trabalhadoras, o que implicava, na prática, em contestações aos costumes, leis e políticas vigentes naquele momento – ou seja, uma contestação à esfera federal, a mesma à qual pertencia o órgão –, o que atribuía certo caráter ativista à agência. Além do mais, o Women's Bureau também foi fruto da pressão exercida por diversas organizações de

mulheres espalhadas pelo país, à exemplo do Women's Trade Union League (WTUL) estadunidense. Segundo Boris e Orleck (2011, p. 35), a criação do Women's Bureau significou uma grande conquista dos movimentos feminista e trabalhista na medida em que proporcionou a ascendência de mulheres – vinculadas aos setores industrial e social – a cargos de autoridade – poder – no governo federal.

Kessler-Harris (2001, p. 45), no entanto, discorda desta visão. Segundo a autora (KESSLER-HARRIS, 2001, p. 45), em seus primórdios, o Women's Bureau objetivou preservar e reafirmar o papel doméstico destinado à mulher na família e sociedade por meio de melhoras nas condições de trabalho das trabalhadoras – salários, bem-estar, limitação ou proibição de *shifts* noturnos, entre outras medidas –, de forma que essas melhoras facilitassem a vida familiar e o casamento : “[...] o Women's Bureau assumiu a liderança no desenvolvimento de políticas que facilitaram, para as mulheres, o direito aos salários, mas fez isso no contexto do casamento e da vida familiar” (KESSLER-HARRIS, 2001, p. 45).

Entre 1944 e 1953, o Women's Bureau voltou-se para a defesa de igualdade salarial – *equal pay* – e oportunidades iguais de empregos entre mulheres e homens, profissionalização da mão de obra feminina para ingresso em cargos de liderança e não-tradicionais e defesa de uma legislação trabalhista específica para mulheres – reivindicações principalmente de 8 horas diárias trabalho, pelo menos 1 dia de folga na semana e benefícios de maternidade. Apesar da agência não ter contestado a estrutura de gênero da época que regia a sociedade, ela buscou desconstruir

discursos biológicos essencialistas utilizadas para justificar o subemprego e subsalários das mulheres.

Women's Bureau Conference, The American Woman, Her Changing Role-Worker, Homemaker, Citizen (1948)

Nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 1948, ocorreu a conferência *Women's Bureau Conference, The American Woman, Her Changing Role-Worker, Homemaker, Citizen*, em homenagem ao centenário do *Seneca Falls Convention*, considerada a primeira convenção de direitos das mulheres nos EUA, e para discutir o papel da mulher na sociedade estadunidense no pós-guerra. Em 1948, o Women's Bureau publicou o boletim de número 224, que continha transcrições e resumos temáticos dos discursos realizados durante a conferência.

A conferência contou com a participação do presidente dos EUA, Harry S. Truman, do secretário do trabalho, L. B. Schwellenbach, staff do Women's Bureau e representantes de diversas organizações nacionais e grupos civis e profissionais de mulheres. No primeiro dia da conferência, observou-se um conflito de interesses na própria esfera federal sobre o papel da mulher na sociedade: enquanto para o presidente o papel da mulher deveria ser em prol do crescimento econômico, sendo a reivindicação e conquista de direitos algo secundário, nos discursos da diretora do Women's Bureau, Frieda S. Miller, e representantes das organizações, o papel da mulher deveria ser, também, político e tanto a sociedade quanto o governo deveriam lutar para a conquista de direitos das mulheres, como a igualdade salarial e participação na política. A seguir, serão analisados brevemente esses três discursos que abriram o primeiro dia da conferência.

Em uma das falas do presidente, há a valorização primária do papel da mulher como dona de casa, que seria responsável pela geração de trabalhadores e cidadãos:

When Miss Miller opened her remarks, she started off by saying that you represented workers, homemakers, citizens. I want to reverse that order. I want to say "homemakers, workers, citizens," for if it were not for the homemakers we would have neither the citizens nor the workers³. (TRUMAN apud WOMEN'S BUREAU, No 224, 1948, p. 1)

Ao valorizar o papel reprodutivo da mulher, o presidente reafirma um discurso de gênero baseado na categoria do sexo na qual a mulher é a base da construção de uma sociedade heterossexual compulsória, sendo o ser "dever" procriar. Segundo Witting (1982, p. 66), a categoria do sexo é uma categoria política na qual a sociedade heterossexual funda-se e se baseia, promovendo, assim, um processo compulsório de heterossexualização de homens e mulheres baseado na premissa de reprodução da espécie, que passe a ser "obrigação" e "devir" da mulher.

Ao citar o papel das organizações de mulheres, o presidente reconhece e não impõe barreiras quanto à atuação das mulheres no mercado de trabalho, atribuindo, assim, um papel econômico às mulheres que vinculava-se à viabilidade e sustentação de uma sociedade consumista, ao mesmo tempo em que sugere que as organizações de mulheres não deveriam focar-se em questões políticas:

Women's organizations have at hand a ready weapon which they have not yet used to its full capacity—the power of the consumer [...] This is a weapon which you can use together to combat one of the enemies that now threaten

³ Tradução livre: "Quando a srta. Miller abriu seus comentários, ela começou dizendo que vocês representavam trabalhadoras, donas de casa, cidadãs. Eu quero inverter essa ordem. Quero dizer "donas de casa, trabalhadoras, cidadãs", pois se não fosse pelas donas de casa não teríamos nem os cidadãos nem os trabalhadores".

us—the high cost of living⁴. (TRUMAN apud WOMEN'S BUREAU, No 224, 1948, p.3).

Logo, observa-se que o discurso do presidente Harry S. Truman defende que o papel da mulher é em prol do crescimento econômico, sendo a reivindicação e conquista de direitos, algo secundário. Ou seja: cooperação econômica - força de trabalho e consumo - e política (sem ativismo e manifestações).

O discurso do secretário de trabalho, L. B. Schwellenbach, também defende os mesmos papéis das mulheres que o presidente:

I would like to see you make of this meeting a place of declaration of purposes, by the representatives of the great majority of the women's organizations of the United States, that we are going to continue to expand our economy, that we are going to have prosperity, that we are going to have peace, happiness, and comfort for the American people [...]. Don't talk too much about Seneca Falls and a hundred years ago. The problems today to a much greater extent fall upon the women of America⁵. (SCHWELLENBACH apud WOMEN'S BUREAU, No 224, 1948, p. 9).

Por fim, o discurso da diretora do Women's Bureau, Frieda S. Miller, traz diálogos e críticas às falas do presidente e secretário do trabalho, além de realizar um balanço geral histórico, embasado em dados estatísticos, sobre a situação da trabalhadora mulher nos EUA, enfatizando a realidade de que as mulheres ainda não haviam

⁴ Tradução livre: “As organizações de mulheres têm em mãos uma arma que ainda não usaram em sua capacidade total - o poder do consumidor [...] Esta é uma arma que vocês podem usar juntos para combater um dos inimigos que agora nos ameaçam - o alto custo de vida”.

⁵ Tradução livre: “Gostaria de vê-los fazer desta reunião um lugar de declaração de propósitos, por parte dos representantes da grande maioria das organizações de mulheres dos Estados Unidos, de que vamos continuar expandindo nossa economia, que vamos ter prosperidade, que vamos ter paz, felicidade e conforto para o povo americano [...]. Não fale muito sobre Seneca Falls e cem anos atrás. Os problemas de hoje recaem em uma extensão muito maior sobre as mulheres da América”.

conquistado status político, social e trabalhista plenos, e enfrentavam muitas discriminações no mercado de trabalho, como a desigualdade salarial. Em linhas gerais, o discurso da diretora defende um papel da mulher na sociedade semelhante ao do homem, com direitos iguais nas esferas trabalhista, econômica e política:

It would seem almost unnecessary to dwell upon women's need to work, but I do not wish to pass over this need lightly because there are still too many who quarrel with the idea of women on the job, and who keep saying, "Why don't the women go home?" Why they don't is clear from every recent study of why women work. They work for the same reasons men do—because they must⁶. (MILLER apud WOMEN'S BUREAU, No 224, 1948, p. 15-16)

As far as we can now see there is no reversal of this process in store. Hitler tried to turn back the clock for women, but he failed. Others who seek to take that path will also fail. It is our job in 1948, then, to take stock of where we are, to set our sights, on where we want to go, and to conspire with the future, as those women did whose work we are here to honor, to help coming generations of women make equal progress and as great a contribution as did their predecessors in terms of the world of the next century⁷. (MILLER apud WOMEN'S BUREAU, No 224, 1948m p. 18).

Considerações finais

Na conferência de 1948 - *Women's Bureau Conference, The American Woman, Her Changing Role-Worker, Homemaker, Citizen* -, observamos um conflito de

⁶ Tradução livre: "Pareceria quase desnecessário insistir na necessidade das mulheres de trabalhar, mas não desejo ignorar essa necessidade levemente, porque ainda há muitos que discutem com a ideia de mulheres no trabalho e que ficam dizendo: "Por quê as mulheres não vão para casa?" Por quê eles não fazem isso fica claro em todos os estudos recentes sobre por quê as mulheres trabalham. Elas trabalham pelos mesmos motivos que os homens - porque devem".

⁷ Tradução livre: "Até onde podemos ver, não há reversão desse processo na loja. Hitler tentou voltar no tempo para as mulheres, mas falhou. Outros que procuram seguir esse caminho também falharão. É nosso trabalho em 1948, então, fazer um balanço de onde estamos, definir nossos propósitos, para onde queremos ir e conspirar com o futuro, como fizeram aquelas mulheres cujo trabalho estamos aqui para homenagear, para ajudar as gerações futuras de mulheres a fazerem um progresso igual e uma contribuição tão grande quanto suas predecessoras em termos do mundo do próximo século".

interesses na própria esfera federal expressos nos discursos do presidente, secretário do trabalho e diretora do Women's Bureau. Enquanto os dois primeiros reconhecem a importância da mão de obra feminina na economia nacional e não impõem barreiras para a sua contratação, e defendem o papel doméstico e patriótico da mulher – trabalhar para sustentar a economia de consumo e, assim, “salvar” a nação –, o discurso da diretora do Women's Bureau traz à tona outras questões enfrentadas pelas trabalhadoras, como a discriminação de gênero no mercado de trabalho que gerava a desigualdade salarial e de oportunidades de emprego.

A diretora, ainda, ao longo de seu discurso, destaca que a luta por direitos das mulheres não havia acabado e muito ainda restava a ser conquistado, diferentemente das falas anteriores. Ao longo da conferência, a maioria dos representantes de organizações políticas, civis e profissionais de mulheres e sindicatos, demonstram uma convergência com o discurso do Women's Bureau – ou teria sido o contrário?

Observa-se, assim, que a aproximação do Women's Bureau, uma agência federal, com organizações civis diversas de mulheres, possibilitava o ativismo político na esfera federal, onde essas organizações introduziam suas pautas e utilizavam o Women's Bureau como instrumento de pressão interna. Essa relação, no entanto, era limitada pela própria natureza da agência: governamental. Logo, o Women's Bureau não foi capaz ou demonstrou interesse em contestar a estrutura de gênero vigente à época, na qual mulher continuava a ser vista como dona de casa e reprodutora, apesar de estar inserida no mercado de trabalho. De fato, ela acreditava que esse era um dos papéis exclusivos da mulher.

Se por uma lado é importante existir um órgão no governo que represente e defenda os interesses das mulheres e seus status social, político, civil e trabalhista na sociedade, por outro, sem a existência de organizações civis de mulheres independentes em relação ao governo, então a agência governamental irá correr o risco de ser um instrumento político em prol da classe e ideologia dominantes do momento, não comprometida com os direitos das mulheres, mas, sim, em como elas podem ser utilizadas para a sustentação do poder dessa classe e ideologia dominantes.

Referências

66th CONGRESS. An Act to Establish in the Department of Labor a Bureau to be Known as the Women's Bureau, June 5, 1920. Public—No. 259—66th Congress, H. R. 13229. Disponível em: <<https://fraser.stlouisfed.org/title/5564>>. Acesso em: 08 set. 2019.

BORIS, Eileen; ORLECK, Annelise. Feminism and the Labor Movement: A Century of Collaboration and Conflict. *New Labor Forum*, New York, v. 20, n. 1, p.33-41, Winter, 2011. Published by: *Sage Publications*, Inc. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27920539>>. Acesso em: 22 jul. 2019

HENDRICKSON, Mark. Gender Research as Labor Activism: The Women's Bureau in the New Era. *The Journal of Policy History*, Pensilvânia, v. 20, n. 4, p. 482-515, out. 2008. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-policy-history/article/abs/gender-research-as-labor-activism-the-womens-bureau-in-the-new-era/C71E19FB203CA175E5DAC919387E2F3A>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

KESSLER-HARRIS, Alice. In Pursuit of Equity: Women, Men, and the Quest for Economic Citizenship in 20th-Century America. New York: *Oxford University Press*, 2001.

SHARER, Wendy B. Genre Work: Expertise and Advocacy in the Early Bulletins of the U.S.

Women's Bureau. Rhetoric Society Quarterly, Inglaterra, v. 33, n. 1, p.5-32, Winter, 2003. Published by: *Taylor & Francis*. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3885997>>. Acesso em: 08 set. 2019.

WITTIG, Monique. The category of sex. *Feminist Issues*, [s. l], v. 2, n. 2, p. 63-68, jun. 1982. Paper escrito originalmente em 1976.

WOMEN'S BUREAU, United States Department of Labor. Report on 1948 Women's Bureau Conference - The American Woman, Her Changing Role: Worker, Homemaker, Citizen, No. 224. Washington: *U. S. Government Printing Office*, 1948. Disponível em: <<https://fraser.stlouisfed.org/title/5495>>. Acesso em: 07 set. 2019.

Terras de preto, terras de caboclos e terras de santo: processo de territorialização - Alcântara/MA

Denise Cerveira Tavares¹

Historiografia do Município de Alcântara- MA

O município de Alcântara está situado na Mesorregião Norte do Estado do Maranhão, na Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense, com uma extensão territorial compreendida de 1.483,232 km² e conta com uma população estimada em 22.020 habitantes. A cidade concentra 139 comunidades ditas remanescentes² de quilombos, sendo 90 comunidades localizadas na área desapropriada para a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara- CLA e 49 fora deste limite.

Segundo alguns historiadores, a formação do território das comunidades de quilombos é bastante complexa, onde esboça situações diversas em períodos distintos, com mudanças sociais, econômicas e culturais. Essas situações de processo de territorialização específicas é conceituada por Almeida (2008) em seu trabalho intitulado “*Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*”.

Segundo Araújo e Filho (2006) o município de Alcântara, tem em sua maioria descendentes de quilombos e indígenas, onde cerca de 80% vivem em

¹ Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista UPF. Contato: denisecerveira@gmail.com

²Os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto- atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

comunidades localizadas em zonas rurais. Dentre as atividades que as comunidades exercem são: agricultura, pesca, extrativismo e artesanato.

O território que hoje é denominado Alcântara, localizava-se uma aldeia de índios tupinambás, chamada Tapuitapera. Os Tupinambás estabeleceram contato com os franceses por volta de 1612 com a expedição de La Ravardiere³ onde desembarcou naquela região. Logo depois, com a expulsão dos franceses pelos portugueses em meados de 1616, passou a ter domínio português. Lima (1998) retrata abaixo a denominação da cidade “Em tempos remotos, os tupis (tupinambás) acometeram e expulsaram os tapuias, motivo pelo qual o território, depois ocupado pela vetusta cidade de Alcântara, foi chamada Tapuitapera, ou seja, a que já foi taba, hoje tapera, dos Tapuias” (LIMA, 1998, p.25).

Com a chegada da colonização utilizou-se inicialmente a mão de obra indígena, porém, no decorrer do século XVIII foi substituída pela mão de obra cativa africana. A mão de obra foi substituída em decorrência de vários acontecimentos, um deles, era a presença dos jesuítas e sua luta a escravidão indígena, com a finalidade de aldeá-los em suas missões, contribuindo assim conflitos entre padres e colonos. Como cita Almeida (2006, p.99):

Sistema de capitanias com colonos escravizando índios em estabelecimentos [...] e fazendas de ordens religiosas, destacando-se a presença marcante dos jesuítas, porém esse cenário muda abruptamente em decorrência da administração pombalina, a qual financiou o tráfico de

³ A região permaneceu praticamente inexplorada durante mais de um século de colonização portuguesa, até 1612, quando o navegador francês Daniel de laTouche, desembarca naquelas terras e estabelece na ilha do Maranhão – então denominada pelos nativos de Upaon-Açu (Ilha Grande), a França Equinocial.

escravos provenientes da África, ampliando a capacidade produtiva e vinculando, por meio de frotas regulares, a região ao mercado europeu. (ALMEIDA, 2006, p. 99).

Dessa maneira, devido essas tensões, alguns autores discorrem sobre três marcos históricos que foram importantes para a compreensão do processo de territorialização de Alcântara, são eles: à instalação da Companhia do Grão Pará e Maranhão, á confiscação das terras das irmandades religiosas, a abolição da escravatura, em 1888 e à promulgação da Constituição de 1988.

No ano de 1759, com a expulsão dos jesuítas no território e o confisco de suas propriedades, o qual passaram para as mão de particulares, também teve consequência para o município de Alcântara. Nesse período a vila se tornou grande centro de mão de obra escrava africana, assim como também fornecedor de mantimentos para a Capital São Luís, através da produção de algodão e de arroz, além da exportação de sal. (ALMEIDA, 2002, p. 26, VIVEIROS, 1999, p.50-70, LIMA, 1998, p. 50).

Portanto, como observou-se ao longo da historiografia do negro no Brasil, antes e depois da abolição da escravatura, o território brasileiro esteve marcado pela presença de comunidades negras, onde a maioria recusavam os maus tratos se refugiando em pontos de resistências. Arruti (2006) cita abaixo a respeito do movimento social que foi estruturado pelos negros:

Movimento social de resistência física e cultural da população negra que se estruturou não só na forma dos grupos fugidos para o interior das matas na época da escravidão, mas também, em um sentido bastante ampliado, na forma de todo e qualquer grupo tolerado pela ordem dominante em função

de suas declaradas finalidades religiosas, recreativas, beneficentes, esportivas etc. (Arruti, 2006, p.76).

Vários outros autores como Clóvis Moura (1993) e Décio Freitas (1991), abordaram trabalhos com a temática quilombos e suas interpretações sociológicas a respeito das revoltas escravas e ambos conceituam essas revoltas como resistência política.

Outros autores escrevem em seus artigos sobre a relação de senhor e escravo, como Peregalli (2001), onde relata que as revoltas, atentados contra senhores e seus feitores, assassinatos, suicídios e fugas se espalharam por todos os cantos do território brasileiro. Assim como Ramos (1996) destaca que muitos historiadores estudam geralmente grandes quilombos, como Palmares e o de Ambrósio. Porém, para a compreensão do passado escravista, é importante pontilhar o interior do Brasil no século XVIII, pois existiam milhares de pequenos quilombos que possuíam histórias de resistência.

A partir de documentos levantados pelo PVN (2002), no estado do Maranhão foram registrados 401 (quatrocentas e uma) comunidades identificadas como Terras de preto, segundo a documentação, esse termo se refere ao acesso às terras, e temos a seguintes situações:

a) Quilombos; b) serviços prestados por escravos em períodos de guerra; c) desagregação de fazendas de ordens religiosas; d) ocupação após desagregação de fazendas sem pagamento de foro. Esta última situação refere-se a ocorrência de antes e depois da abolição. Após a Lei Áurea (1888) surgem novos povoados de pretos decorrentes de: e) compra; f) doação; g) concessão das chamadas “terras de índios”, que também abrangem povoados em terras de preto; h) ocupação após a desagregação

de fazendas, sem pagamento de foro e i) desapropriação realizadas por órgão oficiais. (PVN, 2002, p. 76).

As terras de Preto em terras de índio compreendem áreas entregues a remanescentes de nações indígenas, a exemplo das comunidades: São Miguel (município de Rosário), Aldeias (município de Bacabal), entre outras; e as chamadas terras de preto em terras de Santo, são terras entregues por ordens religiosas da Igreja católica ao domínio da União e sendo conservados nestes locais seus antigos moradores, a exemplos: São Pedro (município de Santa Helena), Itamatatua (município de Alcântara), entre outras; e por fim, temos as terras de preto que durante o levantamento foram assinaladas de fora do povoado e que compreendem maior numero no Estado e são as terras já referendadas sob tal denominação. No Maranhão existem 369 comunidades certificadas pela FCP e 34 territórios quilombolas tituladas. (ROCHA, 2004)

Território e territorialização das Comunidades de Quilombos- Alcântara /MA

De acordo com o *Laudo Antropológico sobre a identificação das comunidades remanescentes de quilombos em Alcântara*, escrito por Alfredo W. Berno de Almeida (2000), o autor relata diferentes vertentes da construção de territorialidade em que as comunidades são separadas, em termos étnicos. Ao realizar a perícia, o autor constatou que majoritariamente a população de Alcântara é formada por um “território étnico” ou “território de exclusividade negra”. Portanto, Alcântara encontra-se diante de diferentes vertentes da construção de territorialidade, como cita Moura (1993).

Comunidades negras rurais que agrupam descendentes de escravos [que] vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado ancestral. Esse vínculo com o passado foi reificado, foi escolhido pelos habitantes como forma de manter a identidade. (MOURA, 1994, apud ARRUTI, 2006, p.84).

Após séculos de resistência, as comunidades de quilombos encontram-se instaladas em seus povoados exercendo as suas práticas tradicionais, além de preservá-las. Em Alcântara, existem cerca de 140 povoados referidos às comunidades remanescentes de quilombos e ocupam uma vasta extensão de terras, constituindo um grande território étnico.

Logo, existe um universo social com mudanças contínuas e é através dessas mudanças que se constroem identidades e territórios múltiplos em torno de atividades econômicas, sociais, políticas e culturais. Passando por algumas situações de identidades coletivas ou é de outras individuais. Assim sendo, muitas vezes o processo de territorialização causa tensões nas relações estabelecidas, ou seja, quando uma comunidade quilombola se organiza e reivindica seus direitos sobre um território de ancestralidade e quando ela luta para territorializar, ela está negando o lugar periférico que havia sido designado pela sociedade, por instituições privadas, e pelo poder público.

Com isso, desde 1980 até os dias atuais, a preocupação das comunidades quilombolas de Alcântara foi a instalação do Centro de Lançamento Aeroespacial (CLA), com a ocupação de uma área de 62.000 hectares, o qual foi destinada para a instalação deste centro, ocupando cerca de 50% é ocupada pela base. Essa proposta de instalação chegou com um olhar de desenvolvimento para a cidade e as

comunidades quilombolas, porém, o que observamos é que desde sua implantação, o CLA, vem provocando transtorno sociocultural e violação de direitos no território étnico das comunidades negras rurais remanescentes de quilombo que habitam neste território (ARAÚJO E FILHO, 2006).

Neste movimento, os quilombos e quilombolas lutam pela conquista de direitos territoriais que se coloca como acesso coletivo, mobilizada em três aspectos, segundo Arrutti (2006) primeiramente, o posicionamento étnico-racial, onde se mostra movimentos de grupos afrodescendentes firmados na construção da identidade negra e posteriormente na elaboração da identidade quilombola, através da alteridade/outridade face do processo de auto atribuição identitária de uma matriz africana que reconhece a reterritorializa sua ancestralidade) pela ativação da memória seletiva.

Em segundo, a grande concentração de comunidades negras em espaços rurais, em sua maioria, assim como também em espaços urbanos. São oriundos dos processos que envolvem um tipo de territorialização marcada pelo usos comum do território. Lutam pelo acesso ao território, incluindo a relação identitária e formas de produção social de um modo de vida plural e específico, onde tenciona-se em campos jurídico, político, simbólico-cultural, pois entende-se, que a lógica de concentração de terras e da propriedade privada. (ARRUTI, 2006).

E em terceiro, o processo de ressemantização, que envolve releituras e revisões de teorias e políticas a respeito do conceito de quilombo, sobretudo pelo viés da teoria etnicidade e da teoria do território e territorialidades. (ARRUTI, 2006).

Segundo Rocha (2004), nova lógica de territorialização imposta às comunidades quilombolas de Alcântara desconsidera critérios históricos, ferindo o princípio da coletividade no usos das terras, segundo discorre o Relatório da Missão de Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e Terra Urbana em Alcântara foram criadas três situações vivenciadas pelas comunidades a partir da implantação do CLA. São elas: primeiramente, as comunidades deslocadas forçadamente em função da implantação da primeira fase do Centro de Lançamento de Alcântara, sendo removidas para agrovilas situadas em áreas distantes do local de origem e sem a mesma metragem das terras ocupadas tradicionalmente; segundo, as comunidades ameaçadas de deslocamento, comunidades que estão localizadas na área de expansão das atividades do Centro de Lançamento de Alcântara e que futuramente deverão ser removidos de suas terras tradicionais

Conclusão

O artigo discutiu sobre as categorias território e identidade, tendo como reflexão as comunidades quilombolas de Alcântara e seu processo de territorialização, destacando os conflitos existentes com a implementação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Dividimos o artigo, primeiramente em uma reflexão do processo histórico do município de Alcântara, considerando questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

Portanto, quando se reflete sobre os quilombos remanescentes de Alcântara e sua territorialização, devemos pensar na sua relação cultural e/ou simbólica, ou

seja, devemos priorizar a dimensão subjetiva, em que o território é visto como uma valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Durante o artigo refletimos também sobre a territorialidade, pois entende-se que é um esforço coletivo de um determinado grupo social, como por exemplo, as comunidades quilombolas de Alcântara. As suas ocupações, o seu controle e sua identificação em um ambiente ou território é importante para se pensar o processo de identidade do local. Com isso, vale pensar o território como um produto histórico de pessoas sociais e políticas. Levando-se em conta todo o processo histórico de ocupação do município de Alcântara, suas características e consequências na constituição das políticas de espaço.

Quando se fala de territorialização no município estudado, devemos levar em conta seus marcadores discursivos e suas narrativas a partir dos grupos sociais que reivindicam seus territórios, como as comunidades quilombolas rurais de Alcântara.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico. Brasília: *MMA*, 2006.

Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: *Edusc*, 2006.

FREITAS, Décio. O escravismo brasileiro. Porto Alegre: *Mercado Aberto*, 1991.

LIMA, Carlos. Vida paixão e morte de Alcântara. São Luís: *SECMA*. 1998.

MOURA, Clóvis. Resistência ao escravismo. São Paulo: *Ática*, 1993.

PEREGALLI, Henrique. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: *Global*, 2001.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu Passado Econômico, Social e Político*. 3ª. Ed. São Luís: *AML/ALUMAR*, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: *FGV*, 2002. p. 43-81.

ANDRADE, Maristela de Paula. Quilombolas – etnicidades emergentes? Subsídios para uma discussão. *Ciências Humanas em Revista*, v. 4, n.1, p. 49-60, jun. 2006. Disponível em: <www.nucleohumanidades.ufma.br>. Acesso em: 16 ago. 2012.

ARAÚJO, Maria do Socorro Gomes. FILHO, Domingos Leite Lima. Tecnologia Aeroespacial e a desestruturação sócio-cultural nas comunidades quilombolas de Alcântara. *Revista tecnologia e sociedade*, n. 2, 2006.

PROJETO VIDA DE NEGRO – PVN. Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento. São Luís, MA: *SMDH/CCN-MA/PVN*, 2002. (Coleção Negro Cosme; v. 3).

RAMOS, Donald. O Quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: *Companhia das Letras*, 1996. p.164-192.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Uma história de liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: *Companhia das Letras*, 1996, p.9-25.

MARTINS, Cyntia de Carvalho. *Os trabalhadores rurais de Cajueiro e o Centro de Lançamento: a ação oficial e a transformação compulsória de um campesinato de terracomum em campesinato parcelar*. 1994. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) –Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1994.

ROCHA, Danielle Cunha de Souza da. *Memória, território e identidade: o deslocamento da Comunidade Quilombola de Cajueiro em Alcântara-MA*, 2014.

O Novo Sindicalismo no campo sul-rio-grandense nas páginas do jornal *Informativo Sindical* (1983-1988)

The New Syndicalism in the countryside of Rio Grande do Sul on the pages of the newspaper “*Informativo Sindical*”

Mateus Lazzaretti¹

Introdução

No meio rural o sindicalismo havia sido legalizado no início da década de 1960, sendo os primeiros anos marcados pela disputa entre setores conservadores da Igreja Católica, organizados na FAG (Frente Agrária Gaúcha) e setores ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Após o Golpe de 1964, apenas a FAG teve sua atuação permitida, uma vez que buscava combater o comunismo entre os trabalhadores rurais (DALLA NORA, 2002). Por conta disso, a maioria dos Sindicatos e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) tiveram uma atuação permeada por ambiguidades, pois ao mesmo tempo em que defendia a pauta unificadora da Reforma Agrária, baseada no Estatuto da Terra, beneficiava-se de sua relação com o Estado, enquanto órgão oficial, adotando uma linha de mobilização moderada, tornando-se praticamente uma “oposição consentida” (SCHMITT, 1996, p. 193).

Num contexto em que o Estado aumentava sua presença no meio rural, implementando um modelo de modernização que se baseava em desenvolver as

¹ Acadêmico de História Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (PROBIC-FAPERGS). Contato: lazzaretti.mateus@acad.ufsm.br

grandes propriedades, passando ao largo da reforma agrária, os conflitos no campo se intensificaram. O Estado ditatorial passava a ser identificado pelos trabalhadores rurais e pequenos proprietários como opressor e também indutor desse modelo de desenvolvimento excludente. Por conta disso, as reivindicações básicas de reforma agrária, fim da violência no campo, direitos trabalhistas e amparo à pequena produção “traziam para o mesmo campo de oposições o latifúndio, o patronato, e os agentes da violência, como as empresas colonizadoras” (FAVARETO, 2006, p. 33). Com uma atuação moderada e pouco efetiva na resolução destes problemas, a estrutura oficial era vista como uma amarra e ferramenta de manipulação dos trabalhadores, despertando críticas muito semelhantes às que faziam os operários urbanos.

No Rio Grande do Sul, o sindicalismo combativo encontra sua maior expressão no Norte do Estado, onde, no final da década de 1970 e início de 1980, estava o centro da luta pela terra, com ocupações que assumiam grande relevância, e onde desenvolvia-se também um importante processo de resistência à construção de barragens do Rio Uruguai, além de ser a frente de expansão do binômio trigo-soja. Graças à sua forte ligação com setores progressistas da Igreja, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das Pastorais Rural e da Juventude (PR e PJ), esse sindicalismo combativo conseguiu uma rápida expansão, organizando oposições sindicais em diversos municípios. Nesse processo, começa a implementação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no estado e, a partir de 1984 são conquistados importantes sindicatos². Ainda em 1983, uma parcela do

² Ver mais em Schmitt, 1996, p. 196.

movimento sindical mais ligada com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) criou a Comissão Sindical do Alto Uruguai (COSAU), com o objetivo de organizar as oposições sindicais e as lutas da região. A COSAU, em finais de 1983 passa a editar o jornal *Informativo Sindical*, servindo como ferramenta de comunicação entre os sindicatos e elemento de difusão de seu trabalho, na busca por ampliar as bases da CUT (SCHMITT, 1996). Nosso foco, agora, será analisar a atuação deste novo sindicalismo no campo gaúcho a partir das páginas do jornal *Informativo Sindical*, buscando identificar as principais bandeiras presentes, o que dizia em relação à CUT e em relação a eventos da época, como a Constituinte.

O Novo Sindicalismo no campo riograndense nas páginas do jornal *Informativo Sindical* (1983-1988)

O jornal *Informativo Sindical*, como mencionado, foi editado pela COSAU a partir do final de 1983. A partir de pesquisa, foi possível localizar 28 edições, de 1983 a 1988, no acervo digital do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV)³. Neste acervo não consta a edição nº 1 de 1983, e o arquivo da edição nº 8 de dezembro de 1984 está corrompido. Não foram também encontradas informações sobre as razões da interrupção da publicação, que, levando em conta o acervo, terminou em novembro de 1988. Ao longo desse período, o tamanho do jornal manteve-se em torno de 11 páginas, sendo publicado bimestralmente. De 1983 até

³ “O CPV é depositário de um acervo importante, composto da memória dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, principalmente. Nesse período, o CPV contribuiu na criação e organização das oposições sindicais na cidade e no campo, que redundou na criação da CUT”. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/quemsomos.php>>. Acessado em 30 de janeiro de 2021.

agosto de 1985, a tiragem foi de 5 mil exemplares por edição. De outubro de 1985 até o final de 1987 a tiragem aumentou para 8 mil exemplares. Uma hipótese para este aumento no período indica para um maior empenho na mobilização para que os trabalhadores participem da Constituinte, que começa a tomar mais espaço e centralidade nas páginas. A partir da primeira edição de 1988 a tiragem retorna para 5 mil exemplares, e a Constituinte aparece menos. Uma das últimas matérias vinculadas, na edição nº 27, referente aos meses de Julho/Agosto/Setembro, “A Constituição está pronta”, traz falas de Lula e Luiz Gushiken, deputados constituintes pelo PT (Partido dos Trabalhadores), justificando porque o partido votou contra a nova Constituição (INFORMATIVO SINDICAL, jul. 1988, nº 27, p. 5), revelando o descontentamento que afetou também o novo sindicalismo, já que a Carta Magna manteve os pilares fundamentais da estrutura sindical (MATTOS, 2009)⁴.

A estrutura básica do jornal expressa bem a amplitude daquele movimento, pois na maioria das edições o foco ou destaque mantém-se em torno de suas pautas principais: a luta pela terra, as críticas à falta de política agrícola que atenda os pequenos agricultores, a atuação das oposições sindicais, a conquista de STRs e a CUT. Além disso, com foco um pouco menor, mas ainda assim frequente, matérias referentes ao Movimento dos Atingidos por Barragens e também à organização das mulheres e jovens. É possível perceber o forte intercâmbio entre trabalhadores e intelectuais acadêmicos, pois são várias as participações e contribuições destes

⁴ Permaneceram o imposto sindical obrigatório, a unicidade sindical, o monopólio de representação e o poder normativo da Justiça do Trabalho.

últimos, em meio a textos escritos pelos próprios líderes sindicais dos municípios do Alto Uruguai. Aliás, quanto a isso, no expediente das edições, consta a frase “INFORMATIVO SINDICAL é uma publicação da COSAU e pretende ser uma voz representativa dos trabalhadores rurais do RS. Quem tiver alguma sugestão é só escrever para o nosso endereço”. É comum a todas as matérias uma linguagem bastante didática e simples, que buscava como que “traduzir” o que acontecia no âmbito da economia, do Estado e da política para sua base. Pode-se identificar no conteúdo das mensagens a proximidade entre o discurso pastoral que inspirava o novo sindicalismo rural com os discursos de inspiração socialista, entre as noções de libertação e revolução (SADER, 1998 apud FAVARETO, 2006).

Como aponta Schmitt (1996), o Informativo Sindical cumpre um importante papel de propagandear o sindicalismo cutista, na medida em que aponta a postura combativa de seus militantes, seja onde são situação ou onde são oposição. No primeiro caso, também há um esforço de mostrar iniciativas desenvolvidas no âmbito da produção orgânica, das conquistas no atendimento de Saúde, como ocorreu na cidade de Ronda Alta⁵, com a criação de um hospital próprio e debate sobre o modelo de saúde. Há também um grande enaltecimento da CUT e suas ações combativas a nível nacional e aos seus feitos organizativos quando ocorrem os Congressos. Se Rodrigues (1997), ao tratar dos Congressos da CUT, cita que apesar da forte presença dos trabalhadores rurais entre os delegados, isso não reverberava na participação dos mesmos nos postos-chave da direção executiva, isto não parece ser algo que

⁵ Informativo Sindical, nov/dez 1987, nº 24, p. 9.

incomode os editores do Informativo Sindical, visto que não aparece este tipo de crítica nas edições analisadas. Pelo contrário, são exaltadas as ações da CUT no campo, e a presença de um representante do sindicalismo do Alto Uruguai na presidência da secretaria rural da CUT. No II Concut (1986), o vice-presidente da Central era sindicalista rural, Avelino Ganzer, do STR de Santarém do Pará (INFORMATIVO SINDICAL, jul. 1986, nº 16).

Ainda no âmbito das mobilizações e pressão popular sobre a Constituinte, o jornal noticia a ocupação de Brasília pelos trabalhadores rurais, quando da votação de projetos que diziam respeito a direitos trabalhistas e a questão agrária (INFORMATIVO SINDICAL, set. 1987, nº 23). Um mês antes deste ocorrido, e após o Congresso Estadual da CUT/RS, outro exemplo de luta promovida pela CUT, entre rurais e urbanos, foi a Greve Geral. Nas palavras de Ivar Pavan, então presidente do STR de Aratiba e vice-presidente da CUT no estado, “[...] nos piquetes ou na hora de enfrentar a polícia o que aparecia eram trabalhadores de um lado e os patrões e a polícia de outro. Ninguém perguntava se eram rurais ou urbanos o importante era ser trabalhador [...]” (INFORMATIVO SINDICAL, jul. 1987, nº 22, p.4).

Foi um ano de muita mobilização e expectativas para os trabalhadores. Depois da derrota da proposta de eleições diretas para 1985, o foco de atuação passou a ser a disputa da Constituinte. Foram diversas passeatas, greves, articulações com o PT, discussão nas bases, conscientização. Direitos importantes foram conquistados na nova Carta Magna, resultado de todo esse movimento. Porém, alguns dos pontos mais caros ao movimento sindical praticamente não tiveram avanços. Sem dúvidas, a

permanência dos pilares fundamentais da estrutura sindical oficial freou os ânimos daqueles lutadores, pois com estas e algumas outras questões importantes já tendo sido votadas no plenário do Congresso Constituinte, as esperanças de reversão eram pequenas. Isto, porém, não era algo que os sindicalistas já não esperassem, de certa forma, pois conheciam bem seus adversários e o poder que detinham, e sabiam que precisavam pensar em alternativas. Neste sentido, na edição nº 23 do Informativo Sindical (set/1987), o economista da CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional) Rolf Hacbart, ao fazer um balanço dos direitos conquistados e dos pontos da estrutura sindical que permaneceram, aponta a direção

[...] Certamente esta não será a Constituição, a lei que o povo quer, muito menos que realmente precisa para melhorar suas condições de vida. Mas é bom lembrarmos de uma coisa: existe a Constituição formal (a lei no papel) e a Constituição real (a que se faz na prática). Não há dúvidas que temos que jogar peso na prática, fazer acontecer, com inteligência, habilidade política e organização, a nossa Constituição, que obteve milhões de assinaturas.

Por fim, cabe destacar ainda a coluna de João Pedro Stédile, então assessor da CPT Nacional, na última edição de 1988: “O movimento sindical rural está em crise”. Nesta coluna, Stédile cobra um balanço do movimento sindical rural, num momento em que os pequenos agricultores se encontram em enorme dificuldade de sobrevivência. Para isso, aponta três principais problemas: a estrutura sindical, que reúne num só sindicato categorias distintas e que, embora não fossem antagônicas, tinham diferentes demandas; a organização na base, pois no modelo presidencialista do sindicato, as reuniões eram de “homens e velhos, que ficam esperando pela ação milagrosa do presidente”; mudança nos objetivos e formas de luta, pois segundo ele,

“somos os agricultores mais ‘mansos’ do mundo”, por ficarem agindo sempre em reação ao não cumprimento de alguma coisa por parte do governo, enquanto para ele as ações deveriam ser anteriores, para pressionar o governo a cumprir com os acordos; por fim, pede uma política mais definida em relação ao cooperativismo, para que o poder econômico das cooperativas se subordine ao comando dos pequenos agricultores, em vez de ganharem vida própria (INFORMATIVO SINDICAL, nov. 1988, nº 29, p. 10).

Esta passagem torna-se interessante pois na literatura os anos 1990 são reconhecidos, tanto por acadêmicos quanto por sindicalistas, como sendo um momento de crise do sindicalismo rural. Além disso, dá indícios de um movimento que viria logo em seguida, de racha no movimento sindical rural cutista e a Via Campesina e o surgimento do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Porém, devido aos limites deste artigo, essa questão não será abordada com mais profundidade.

Considerações finais

A capacidade do Novo Sindicalismo de articular diversos setores da classe trabalhadora em torno de um mesmo projeto e de um conjunto de pautas, fez com que sua influência crescesse a ponto de aqueles trabalhadores e trabalhadoras se orgulharem de seus feitos históricos num país com o passado que o Brasil tem. No campo, embora a trajetória sindical propriamente dita não fosse tão longa, a capacidade de organização e vinculação de suas bandeiras também foi uma das marcas do novo sindicalismo. Prova disso é que já no segundo Concut, em 1986, os delegados rurais representavam cerca de 35% de todo o Congresso (RODRIGUES,

1997), e o sindicalismo rural tinha um representante seu na vice-presidência da Central.

Na região do Alto Uruguai sul-rio-grandense, onde convergia a luta pela terra, a luta contra a construção de barragens e onde a expansão da cultura de soja e trigo acentuava os conflitos dos pequenos produtores, o novo sindicalismo rural encontrou ambiente propício de atuação.

Na terra fértil das CEBs e da Teologia da Libertação, germinou um potente movimento, que reunia sindicalistas combativos, sem-terras, atingidos por barragens, mulheres e jovens que tomavam seu espaço sem pedir permissão (SCHMITT, 1996). Sua forte presença e atuação era possível de ver por meio do jornal Informativo Sindical, que apresentava suas pautas, reivindicações e lutas, se colocando enquanto alternativa para o pequeno agricultor não ser enganado pelo governo e pelos patrões. Esse jornal circulou entre 1983 e 1988, trazendo um importante intercâmbio entre lideranças sindicais e Sem Terra e intelectuais acadêmicos comprometidos com sua luta.

Por meio da análise de exemplares desse jornal, foi possível perceber a forte mobilização feita pelos trabalhadores rurais em torno da Constituinte, que ocorreu por meio de passeatas, greves, mas também pelo aumento da tiragem do jornal, de 5 mil até 1985 para 8 mil até o final de 1987. No entanto, depois de ter um de seus maiores objetivos frustrados no processo Constituinte (o fim da estrutura sindical), a tiragem retorna aos 5 mil exemplares por edição. Os balanços escritos nas páginas do Informativo Sindical davam conta de que não foi uma surpresa, já que os sindicalistas

conheciam seus adversários e sabiam de seu poder e influência. Se, por um lado, viam a necessidade de seguir pressionando pela Constituição “real”, por outro, numa das últimas edições acessadas, um dos colunistas já alertava para a crise do movimento sindical rural. Se nas edições acessadas o motivo para o aumento da tiragem não é explicitado (embora tenhamos levantado uma hipótese), tampouco é explicado o fim da publicação. Isto levando em conta os exemplares encontrados no acervo digital do CPV. Se a edição nº 29, de novembro de 1988 é de fato a última, não será possível responder nos limites deste artigo. Fato é que neste mesmo ano, após a implementação de mudanças estatutárias na CUT em seu terceiro congresso, ocorre expressiva redução na participação de trabalhadores rurais.

Referências

DALLA NORA, Helenice Aparecida Derkoski. *A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)*. 2002. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.21, n.62, 2006.

INFORMATIVO SINDICAL. Edições 2 (1983) – 29 (1988). *Acervo digital disponível no Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro – CPV* <http://cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PISINRS&titulo=INFORMATIVO%20SINDICAL>. Acesso em 20 de maio de 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RODRIGUES, Iram. Sindicalismo e política: a trajetória da CUT. São Paulo: *Scrita*, 1997.

SCHMITT, Cláudia Job. (1996), "A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no Campo no Rio Grande do Sul", *in* Zander Navarro (org.), *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, *Editora da Universidade*. p. 189-226.